

A (DES)LEGITIMAÇÃO COMO UMA AÇÃO DE CATEGORIZAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE O CASO DE ELDORADO DE CARAJÁS¹

Karina Falcone (UFPE-Produt/Capes)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Começamos a apresentar este trabalho – o fenômeno investigado, objetivos, problemas de pesquisa, hipóteses e proposta teórica – partindo da análise do texto abaixo:

Exemplo 1:

MST quer manter 'guerra permanente', diz governo (FSP, 30/12/1996)

1 Relatório interno do governo diz que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais
2 Sem Terra) definiu que vai "manter uma verdadeira guerra permanente" contra o
3 Executivo.
4 Assessores do presidente Fernando Henrique Cardoso consideram o MST o principal
5 foco de "tensão social" do atual governo.
6 Chegam a avaliar que os líderes do movimento podem perder o controle sobre a
7 organização, com conseqüências imprevisíveis.
8 Essa avaliação fez com que o Palácio do Planalto determinasse um acompanhamento
9 sistemático das ações do grupo, principalmente depois do incidente de Eldorado do
10 Carajás (PA). Na época _abril de 96_, 19 sem-terra morreram durante conflito com a
11 Polícia Militar. O governo avaliou que foi pego de surpresa por esse e outros episódios 12 envolvendo
sem-terra.

Essa foi a última notícia publicada no jornal Folha de S. Paulo (FSP) em 1996, ano em que pelo menos 19 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram assassinados em Eldorado dos Carajás, município do Pará. Dos vários aspectos que podem ser analisados nesse texto, ressaltamos por agora um: como o jornal categoriza o que ocorreu em Eldorado dos Carajás, em 17 de Abril de 1996. A seleção lexical é um elemento relevante para investigar tal questão. Observemos nas linhas 9: “*incidente* de Eldorado dos Carajás”; 10: “durante *conflito* com a Polícia Militar”; 11 e 12: “outros *episódios* envolvendo sem-terra”. Os itens lexicais *incidente*, *conflito* e *episódios* operam como neutralizadores de agência, ou ainda ‘naturalizadores’: o que aconteceu em Eldorado dos Carajás não é situado como resultante de um contexto político-social específico, mas como uma casualidade. E mais: tampouco existem agentes responsáveis, já que *incidentes* e *episódios* são aleatórios, ou não podem ser controlados pela ação humana. Se pessoas morreram em um *conflito*, os responsáveis por essas mortes não podem ser identificados e, conseqüentemente, não há culpados. Como observamos nas linhas 10, 11 e 12: são construções sintáticas que neutralizam a ação, pois não há um ator causal, alguém que tenha cometido as mortes.

Também é interessante perceber que modelo de contexto encapsula a referência a Eldorado dos Carajás. O tópico discursivo², desenvolvido principalmente a partir do título e do *lead* (primeiro parágrafo) da notícia, trata de um relatório em que o então Governo Federal

¹ Este trabalho é dedicado a Luiz Antônio Marcuschi.

² Tópicos discursivos são entendidos como uma macro-ação discursivo-cognitiva, que organiza os aspectos centrais tratados em um texto (van Dijk, 2006).

criminaliza as supostas ações do MST. As análises do acesso discursivo e da representação dos sem-terra nessa notícia podem esclarecer melhor tal aspecto. Apesar de todo o texto ser sustentado pelo discurso do Governo, já que nenhum integrante do MST foi entrevistado, observamos um ‘efeito de interdiscursividade’ entre o Governo e o MST. Isso se dá a partir de uma estratégia de atribuição discursiva. Ou seja: um relatório elaborado pelo governo *diz* como serão as ações do MST; assessores do então presidente *consideram* o movimento como um ‘problema social’ e *avaliam* catastroficamente o futuro dos sem-terra. Primeiramente, pela seleção dos verbos, observamos a legitimidade dada pelo jornal ao relatório. A partir desse aspecto, podemos identificar o que estamos chamando de atribuição discursiva: o governo *fala* pelos sem-terra e tem legitimidade para isso. O discurso do governo sobre o MST passa a ser tomado como o próprio discurso do movimento (“o MST definiu que vai ‘manter uma verdadeira guerra permanente’ contra o Executivo”). No trecho “manter uma verdadeira guerra permanente”, o uso das aspas não é suficiente para clarificar que se trata de como o governo está categorizando as ações do MST e não como o próprio MST definiria seu planejamento político. As aspas funcionam apenas como uma marca do discurso reportado, mas não ressaltam tal aspecto cognitivo. Outros elementos reforçam o processo de atribuição discursiva, como, por exemplo, a metáfora “guerra permanente”, precedida do adjetivo “verdadeira”. Também é relevante pensar no próprio uso da metáfora ‘guerra’ e ao que ela está associada: violência, conflito, transtornos.

Do discurso do jornal aos atuais problemas políticos e jurídicos do MST: *i)* não há condenados pelas mortes em Eldorado dos Carajás e o massacre está legalizado; *ii)* os integrantes do movimento apontam a mídia como uma das instituições que mais atuam no processo de criminalização do movimento, devido a uma cobertura estereotipada e antidemocrática. Não se trata aqui de estabelecer uma ‘relação direta’ entre o discurso da mídia e a situação do MST, pois há uma complexidade de práticas sociais – que não só as discursivas – e aspectos históricos que atuam nesse processo. Buscamos investigar, a partir dos textos jornalísticos, a ‘relação constitutiva’ entre uma prática discursiva específica e uma prática social. Se há o preconceito e a marginalização do MST, isso *não* pode ser aceito como ‘a verdade’ sobre o movimento, uma atribuição natural. Mas sim como ‘uma verdade’ construída por grupos e atores sociais específicos, agindo, principalmente, discursivamente.

Assim, chegamos ao aspecto central deste trabalho: discursos constituem sociedades e têm força para (des)legitimar atores, ações e grupos sociais. Tal afirmação tem como base os trabalhos desenvolvidos na Análise Crítica do Discurso (ACD), norte teórico desta pesquisa. Seguindo essa perspectiva, propomos analisar a ação discursiva do jornalismo no processo de (des)legitimação do massacre de Eldorado dos Carajás.

A nossa proposta é desenvolver o estudo da (des)legitimação a partir de duas perspectivas: *i)* de forma mais ampla, entendemos que se trata de um fenômeno resultante de distintas práticas sociais, por isso precisa ser investigado multidisciplinarmente; *ii)* e, especificamente, como uma prática discursiva que age na elaboração cognitivo-discursiva de categorização de atores/grupos sociais. Distinguir tais aspectos requer uma análise mais complexa dos processos de construção da (des)legitimação e possibilita investigar o fenômeno a partir dos seus distintos aspectos constitutivos: social, cognitivo, político e discursivo.

Isso porque, ao situar a (des)legitimação como um fenômeno atrelado à prática social, entendemos que ele extrapola os limites de um domínio específico e resulta das amplas relações que se estabelecem em uma sociedade. Assim, podemos compreender a constituição da (des)legitimação não apenas como algo relacionado às instituições de poder, ou a amplas disputas ideológicas, mas também como um fenômeno que se cria a partir de práticas cotidianas, quando, por exemplo, aceitamos, silenciosamente, o racismo e o preconceito. E, ao propor um estudo discursivo para a legitimação, buscamos investigar sistematicamente a ação dessa prática na complexa rede social que envolve tal processo.

Alguns trabalhos já vêm sendo desenvolvidos nas Ciências Sociais e na Filosofia, a partir de uma concepção de legitimação como ‘ações comunicativas objetivando o acordo’ (Habermas,

1999 [1973]), mas são poucos os que se detêm ao aspecto especificamente discursivo (Rojo e van Dijk, 1997; van Leeuwen, 2007). Por isso, o objetivo desta pesquisa é investigar a (des)legitimação tanto sob a perspectiva social e cognitiva, quanto lingüística-discursiva, a partir da construção de um quadro teórico multidisciplinar que dê conta desses aspectos. Assim, partindo das considerações de Habermas (1999 [1973]) e Rojo & van Dijk (1997), defendemos que a legitimação não é apenas um ato ilocucionário, definido nos termos e condições convencionalmente apropriados (eleições, decretos, leis etc.), mas resultante de teias de relações sociais, tendo os gêneros discursivos como uma importante força propulsora. Isso quer dizer tomar os processos de (des)legitimação como resultantes de práticas sociais, que envolvem não apenas ações discursivas, mas macro-ações sociocognitivas constituídas (e constituindo) contextos históricos.

Resumidamente, assumimos a seguinte perspectiva para (des)legitimação: uma ação social de aceitabilidade atribuída a atores e grupos sociais (domínios) e promovida discursivamente através de tipos relativamente estáveis de enunciados (gêneros). Tal ação se estabelece, principalmente, por discursos de grupos ligados às instituições de poder (controle discursivo); e é consolidada socialmente a partir de processos de categorização que resultam na construção de modelos cognitivos dominantes (estereótipos/protótipos).

É preciso, ainda, pontuar as noções fundamentais que dão sustentação a este estudo: uma concepção de *sujeito* crítico/cognitivo, ativo e reflexivo (Giddens, 2003; Billig, 1991); uma noção sócio-interacionista de *língua*, situando-a como uma atividade resultante de relações sociais e instaurada pelos interlocutores mediante os recursos lingüísticos para a construção das versões públicas do mundo (Marcuschi, 2005a); decorrendo, daí, um conceito de *discurso* como uma forma de ação social (Fairclough, 2001), irremediavelmente atrelado à prática social e ao *contexto*, sendo este entendido como modelos mentais, em contínua atualização entre os nossos constructos sociocognitivos e o texto (van Dijk, 2008). A *cognição* é a propriedade base para a constituição de todos esses elementos, pois organiza a nossa capacidade de conhecer e de dar a conhecer, sendo que essa capacidade, ainda que individual, é socialmente compartilhada, por isso *sociocognitiva*. Esses pressupostos nos habilitam a situar a (des)legitimação como um fenômeno que emerge nas práticas públicas, constituída no âmbito social, resultante da ação de sujeitos reflexivos. Ao estabelecer que a (des)legitimação é uma ação humana (individual e coletiva), esta ação resulta de operações de natureza sociocognitivas; portanto o *processo de categorização* é o aspecto central desta investigação.

A justificativa para este trabalho é a possibilidade de analisar, a partir de práticas discursivas, como autoridade e legitimidade são criadas, reforçadas e questionadas no próprio discurso; como também elas são negociadas e disputadas socialmente. Sendo a (des)legitimação uma das mais importantes forças de sustentação da hegemonia liberal, é urgente a necessidade de discutir as suas complexas formas de estabelecimento. A escolha pela análise do *discurso (des)legitimador* da imprensa em relação ao caso de Eldorado dos Carajás se deve à sua relevância social. O massacre mobilizou vários setores da sociedade, no Brasil e no exterior, e, mesmo após uma década, continua tendo cobertura nos jornais e vários desdobramentos jurídicos.

Ao analisar os textos publicados sobre o caso de Eldorado de Carajás, identificamos no discurso jornalístico duas possibilidades de categorização do episódio: *massacre* x *legítima defesa*. Militantes do MST, organizações não-governamentais, entidades de direitos humanos etc. categorizam a morte dos militantes dos sem-terra como um *massacre*. Para a Polícia, a Justiça e para os Governos Estadual e Federal, tratou-se de uma ação de *legítima defesa*. O que investigamos é a natureza das categorizações e suas ações discursivas que resultam em versões tão distintas. Nosso propósito é analisar os esforços cognitivo-discursivos desempenhados pelos atores/grupos sociais para construir um 'fato', pois entendemos que são os discursos que transformam um evento em um 'fato'. Um 'fato' é um trabalho discursivo, não um dado *a priori*.

Sobre os aspectos metodológicos, desenvolvemos um estudo privilegiando a investigação da constituição de um fenômeno – o da legitimação – e não apenas a sua interpretação. Assim, situamos este estudo como de natureza mais heurística do que hermenêutica. No tratamento dos dados, observamos as diferentes ações discursivas, tomando uma macro-categoria como guia para a análise das demais categorias analíticas. Essa distinção não trata de uma ‘hierarquização’ dos dados, mas sim de uma observação mais aprofundada das ações discursivas. Como macro-categoria de análise, propomos os ‘frames de cobertura’. Estes *frames* são os distintos enfoques identificados no *corpus*, durante os dez anos de cobertura sobre o massacre de Eldorado dos Carajás (1996 a 2006). É a partir desses *frames* que pretendemos observar o funcionamento dos demais aspectos lingüístico-discursivos. Essa macro-categoria resulta de recortes observacionais do *corpus* e dá conta de como ocorreram os processos de interação entre imprensa e sociedade, enfatizando o aspecto cognitivo do discurso.

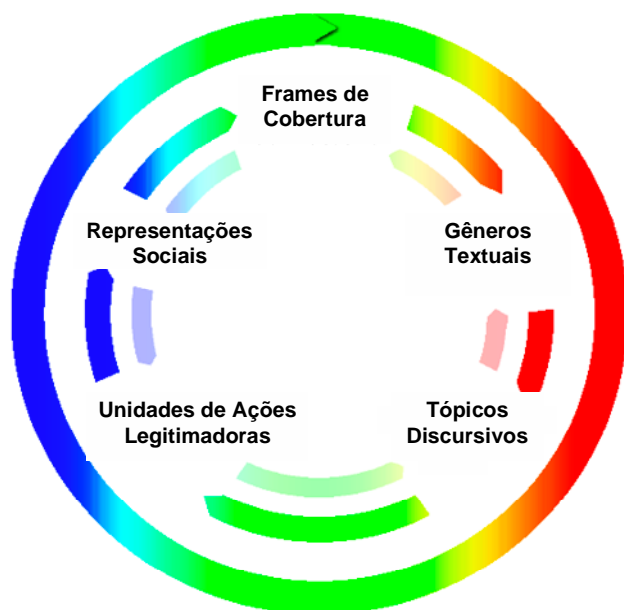
É importante esclarecer que o termo *frame* é adotado seguindo dois desdobramentos: i) como categoria analítica, na qual não remetemos a uma referência teórica específica, mas seguindo uma noção-base sobre *frames*: elementos cognitivos que guiam a compreensão e a própria interação social; ii) entretanto, também tratamos *frame* como um conceito, mas sem aprofundar a discussão sobre as suas distintas linhas. Nesse caso, usamos o *frame* como um contraponto para outra noção, a de *reframing*. Essa noção também é utilizada como uma categoria analítica. Ao investigar as variações de enfoque na cobertura jornalística sobre Eldorado dos Carajás, estamos investigando o contínuo processo de *frame-reframing* sobre o episódio e, conseqüentemente, as atividades de categorização e (des)legitimação do massacre.

A discussão teórica sobre *frame-reframing* tem como base a proposta de Lakoff (2004:xv), que situa *frames* como “estruturas mentais que moldam a forma como vemos o mundo”. Neste sentido, *frames* são unidades conceituais. Em uma análise da mídia, o autor identifica que ocorrem várias mudanças de cobertura sobre um mesmo tema, a partir da reconceitualização, ou *reframing*. Na sua proposta, é o processo de *reframing* que propicia a mudança social, e isso ocorre a partir de um amplo esforço cognitivo dos distintos grupos sociais para a mudança de modelos cognitivos. Esta discussão é aprofundada no terceiro capítulo.

Tomamos como *corpus* ampliado de pesquisa todos os textos dos gêneros ‘notícia’, ‘nota de opinião’, ‘artigo de opinião’ e ‘reportagem’ publicados no jornal Folha de S. Paulo (FSP), durante a primeira década de cobertura sobre Eldorado dos Carajás. A opção pelo jornal Folha de S. Paulo foi feita a partir de dois critérios: 1) seu alto índice de circulação no país, sendo o que melhor se caracteriza como um ‘jornal nacional impresso’, daí seu poder discursivo; 2) a FSP foi um dos poucos jornais que fez a cobertura *in loco* sobre o massacre. A grande maioria utilizou-se de textos fornecidos por agências de notícias, inclusive sendo uma delas a própria Folha.

Analizamos o discurso da imprensa a partir de uma dinâmica que busca identificar os elementos cognitivos e lingüístico-discursivos que operam no processo de interface entre os macro-aspectos (contexto social) e o ‘mundo textual’. Assim, desenvolvemos uma análise que engloba elementos discursivo-cognitivos, textuais e semânticos. E, a partir desses aspectos, observamos a macro-ação da imprensa na interferência dos processos jurídicos, dos posicionamentos de governos e nas mobilizações sociais, ou seja, nos aspectos de ordem social e política.

Observemos esses aspectos no esquema seguinte:



Esquema 1: Dinâmica da construção do texto jornalístico

1. A LEGITIMAÇÃO COMO UMA MACROCATEGORIZAÇÃO SOCIAL

Ao situar a legitimação no âmbito discursivo e social, é preciso discutir como atores e grupos sociais agem na constituição desse fenômeno. Se é uma ação humana (individual e coletiva) estabelecer o (i)legítimo, esta se dá a partir de operações de naturezas sociais e cognitivas. Defendemos que essas operações resultam em atividades de categorizações de atores e grupos sociais, tendo como sustentação os modelos mentais e as representações sociais construídas coletivamente sobre esses grupos e seus participantes. Neste sentido, seguimos um rumo diferenciado do proposto por Habermas (1996; 1999 [1973]) para investigar a legitimação, ainda que os seus estudos sejam um norte referencial para o desdobramento de tal investigação. Concordamos com Habermas (1999 [1973]) quando ele argumenta que a força propulsora da constituição do (i)legítimo está no discurso e na *esfera pública*, mas também buscamos tratar tal fenômeno a partir da natureza constitutiva entre discurso e cognição, de acordo com a linha teórica que estamos desenvolvendo nesta investigação. Acreditamos que os estudos elaborados apenas na perspectiva discursiva não dão conta da complexa ação de (des)legitimar, pois tal atividade envolve operações mentais; um intenso processo de negociação entre atores sociais; e se estabiliza nas práticas públicas.

Grupos e atores sociais não são legítimos ou ilegítimos *a priori*. (I)legítimo é uma atribuição, um ato social de categorização, sendo que tal atribuição não é estanque, mas sempre situada. Para exemplificar essa proposta, recorremos ao nosso *corpus*. Observemos os *frames* identificados na Folha de S. Paulo nesse período:

Frame I - A Circulação das Versões

Frame II - A Mobilização da Sociedade

Frame III - A Legalização de uma Versão: a cobertura dos trâmites jurídicos

Frame IV - A Criminalização do MST

Frame V - A Partidarização do MST

Frame VI - Reframing: a não-ocorrência

Ao analisarmos as distintas orientações da cobertura, percebemos que o processo de categorização do massacre como um ‘fato’ (i)legítimo passa por uma ação contínua, que, se em determinados momentos históricos sofreu um maior controle discursivo por parte dos grupos do poder, em outros a pressão de vários movimentos sociais, Igreja, artistas, intelectuais, interfere e atua nesse processo, democratizando o espaço discursivo do jornal, e, assim, abrindo espaço para outras versões sobre o ‘episódio’, construindo modelos cognitivos diferenciados, contribuindo para a categorização do episódio como *massacre*, e deslegitimando as instituições do poder envolvidas (Governo do Estado do Pará, Secretaria de Segurança Pública do Pará e Tribunal de Justiça do Pará).

1.2 Entre Protótipos e Estereótipos: a categorização de atores/grupos sociais como um *continuum*

Seguindo as considerações de Marcuschi (2005b:16), “devemos entender a prototipicidade como um efeito da tipicidade e não um estado de uma determinada entidade”. Assim, ainda de acordo com o autor: “não devemos ser ingênuos a ponto de ignorar que as representações de um grupo social têm uma estabilidade bastante grande, que se costuma designar como propriedades típicas de um dado fenômeno e que constroem sua tipicidade ou prototipicidade (Marcuschi, 2005b:16)”.

Isso requer operar com análises de protótipos categoriais em contextos de uso, sempre atrelados a uma situacionalidade e a relações interacionais específicas. Essa é a nossa proposta para investigar a categorização de fontes prototípicas ou estereotipadas na cobertura jornalística do caso de Eldorado de Carajás. A partir da ocorrência desse fenômeno nos *frames* – que já carregam o caráter contextualizador – observamos os diferentes papéis que os atores sociais assumiram durante a cobertura, ora como entrevistados prototípicos, ora de forma estereotipada. Entendemos que a mudança nesses papéis resulta do constante processo de negociação entre os representantes dos governos, instituições (entre elas a própria imprensa), movimentos sociais e a sociedade em geral, no processo dinâmico de (des)legitimação de massacre de Eldorado de Carajás.

É importante, ainda, trazer as considerações de Lakoff (1990) e Lakoff e Johnson (1999) sobre os conceitos de *protótipos* e *estereótipos* para melhor fundamentar nossos pressupostos teóricos. Lakoff (1990) trabalha com o conceito de *estereótipos sociais*, mas não como uma mera oposição à noção de protótipo. Nas considerações do autor, os estereótipos são sociais porque podem ser usados para padronizar uma categoria como o todo, por isso são elaborações mais complexas e mais consolidadas cognitivamente. Lakoff e Johnson (1999) ressaltam que o estereótipo é uma categorização negativa de um membro de um grupo. É usado para que façamos julgamentos negativos sobre as pessoas. Os estereótipos sociais são usualmente conscientes e freqüentemente são objetos de discussões públicas.

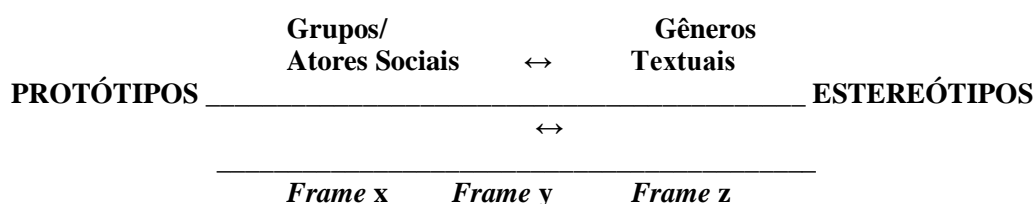
Lakoff (1990) e Lakoff e Johnson (1999) também concebem os protótipos como efeitos de tipicidade, sendo que tal efeito resulta da natureza dos modelos cognitivos, os quais devem ser vistos como as ‘teorias’ que desenvolvemos sobre os variados assuntos. Esse é um ponto extremamente importante para Lakoff (1990:45): “a estrutura da categoria desempenha um papel importante no raciocínio. Em vários casos, os protótipos atuam como pontos de referência cognitiva de vários tipos e formam a base das inferências”. Por isso, para Lakoff e Johnson (1999), raciocinar com protótipos é tão comum que é inconcebível que possamos funcionar sem eles.

Delimitada a noção de estereótipos para nossa investigação, passamos para a análise do processo contínuo de negociação entre mídia e sociedade na construção das características de atores e grupos sociais, cambiantes entre prototípicas e estereotipadas, e como as relações de

poder – sejam elas institucionais ou sociais, oriundas da pressão popular, por exemplo – operam nesse processo.

Uma leitura mais atenta dos jornais nos faz perceber que o discurso de alguns atores sociais tem acesso privilegiado entre as distintas vozes que compõem um texto jornalístico. E isso em seus variados gêneros: notícias, reportagens, notas etc. Esses atores, freqüentemente, são representantes das instituições de poder e são tidos pelos jornalistas como ‘fontes confiáveis’ para tratar as questões da ordem do dia. Os critérios para se qualificar alguém como ‘fonte’ no jornalismo são os mais variados³ e tendem a atribuir um caráter de objetividade ou ‘naturalização’ desse processo: ou seja, algumas pessoas – pelo cargo que exerce, pela instituição a qual faz parte, pela sua ‘imparcialidade’ sobre a questão etc. – devem ser, naturalmente, as fontes preferenciais dos jornalistas. Entretanto, o caso do acesso ao discurso jornalístico envolve vários aspectos de natureza ideológica, a partir de complexas redes de controle discursivo (Falcone, 2004; Rojo & van Dijk, 1997). Estabelecer as ‘vozes’ que estão legitimadas para circular nos distintos veículos de comunicação em muito se distancia de uma relação objetiva ou natural. Trata-se de uma ação ideológica, discursivamente manifesta. Tampouco é uma atribuição rígida e fixada em critérios estanques, e esse é exatamente o aspecto que buscamos investigar agora, ao analisar a recorrência do acesso dos atores sociais na mídia, a partir do *continuum* de representações prototípicas ↔ estereotipadas.

A proposta da análise das representações prototípicas e estereotipadas, a partir o *continuum*, leva em consideração não apenas os *frames* de cobertura, como também a relação com os gêneros textuais, pois não consideramos irrelevante a função pragmática dos gêneros nos quais os discursos estão veiculados. Alguns gêneros jornalísticos são mais fortemente controlados, no que diz respeito ao acesso discursivo, pelo seu poder discursivo-cognitivo de legitimar discursos. Como exemplo desses gêneros, citamos o artigo de opinião, a reportagem, a entrevista ping-pong (pergunta-resposta) e a notícia. Situamos como os menos controlados, inclusive pelo critério de ‘menos lidos’, as cartas do leitor e as notas de reportagens. Esses aspectos também são discutidos no segundo capítulo, a partir das considerações de Miller (2007). Vejamos a esquematização dessa proposta abaixo:



Observemos, na análise das notícias abaixo, o funcionamento do *continuum* das representações prototípicas ↔ estereotipadas dos atores/grupos sociais, a partir da relação do domínio jornalístico com as demandas da sociedade e a instabilidade do processo de (des)legitimação.

Exemplo 1:

Ministro culpa trabalhadores (FSP, 19/04/1996)

³ Sobre o controle discursivo dos manuais de redação, ver as considerações no capítulo 5.

O ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira, culpou ontem os sem-terra pelo confronto no Pará. Ele se disse "surpreso" com o incidente.

"Os sem-terra estavam na estrada, cercando o trânsito. De modo que a polícia do governo do Estado agiu para liberar a estrada", afirmou à saída de um encontro com o ex-presidente Itamar Franco.

Andrade Vieira disse que o confronto no Pará não é um conflito por terra. "Não tem nada que ver. Eles (os sem-terra) estavam acampados na estrada."

Vieira disse que determinou ao presidente do Incra, Raul do Valle, que viajasse para o Pará e, se fosse necessário, até o local do conflito. Mas afirmou que não se envolverá na investigação das mortes. "A questão é de natureza policial e afeta ao Ministério da Justiça e não ao Ministério da Agricultura."

Andrade Vieira afirmou que as pessoas que estavam na estrada eram um "aglomerado que surgiu recentemente". Segundo ele, "nem era um acampamento".

O ministro disse que o Incra já deu solução para uma situação antiga que existia na região. "Cada vez que o Incra resolve o problema de um acampamento, surge outro", acrescentou.

Segundo ele, existe um acordo do Incra com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) do local do conflito, que estaria sendo cumprido "na íntegra" pelo governo.

Exemplo 2:

MST quer a demissão de Jobim (FSP, 22/04/1996)

O presidente do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), João Pedro Stedile, vai pedir hoje, em audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso, em Brasília, intervenção federal no Pará e a demissão do ministro Nélson Jobim (Justiça).

Para o MST, Jobim é "co-responsável" pelo confronto entre sem-terra e a polícia do Pará, ocorrido na quarta-feira passada, quando 19 sem-terra morreram.

Na opinião dos sem-terra, o ministro Jobim também é responsável porque, após o massacre de Corumbiara (RO), não encaminhou, conforme era de sua responsabilidade, diversos projetos de lei contra a violência no campo e os responsáveis estão impunes até hoje.

Conclusões

De volta, ontem, de uma visita de dois dias à região de Eldorado de Carajás, Stedile disse que o MST chegou a três conclusões:

1) O massacre foi planejado; 2) o governador Almir Gabriel é responsável direto, porque autorizou por telefone o coronel da PM, Mário Pantoja, a atacar os sem-terra, e 3) há necessidade imediata de que todos os oficiais e soldados sejam presos para garantir que o inquérito prossiga dentro da lei.

Denúncias

O advogado do MST, Luiz Eduardo Greenhalgh, disse que, do ponto de vista jurídico, o movimento adotará três providências internacionais.

Vai fazer denúncias do massacre junto ao alto comissariado das Nações Unidas e na Comissão das Nações Unidas que trata das execuções sumárias e na comissão de direitos humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos).

Greenhalgh disse que o MST vai iniciar um trabalho jurídico no país com a entrada nos tribunais de uma ação de responsabilidade civil contra o governo do Pará.

Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente da CUT, disse que o massacre mostra que a reforma agrária é a prioridade absoluta.

Dos muitos aspectos que podem ser analisados e contrastados nesses dois textos, vamos nos deter nas topicalizações, a princípio, e em seguida nas representações discursivas, para analisarmos a caracterização prototípica ↔ estereotipada dos atores e grupos sociais, a partir da perspectiva do *continuum*. A primeira observação que nos parece relevante é sobre a distância cronológica entre a publicação das duas notícias. Embora elas estejam em uma relação dialógica, pois se no texto do *Exemplo 1* o governo acusa o MST pelas mortes em Eldorado de Carajás, no

Exemplo 2 há uma reação do movimento em argumentar na direção contrária, culpando o governo – em sua mais alta instância, a Federal – pelo massacre.

A cronologia é relevante na análise da topicalização, pois o discurso do Governo (e conseqüentemente a sua versão) foi publicado dois dias depois dos assassinatos em Eldorado. Já a notícia na qual o tópico é o discurso dos sem-terra foi publicada três dias depois. Observamos no *corpus* outras notícias, nesse período, onde predominava o discurso dos sem-terra, mas não em caráter institucional, por exemplo. E, tendo em vista que a acusação do governo contra os sem-terra foi feita institucionalmente, por um ministro do Governo, só assim o diálogo poderia ser estabelecido de forma mais igualitária – entre instituições. Partindo para a análise da relação protótipo ↔ estereótipo nas duas notícias, no *Exemplo 1* observamos que o ator social prototípico – e a única representação discursiva da notícia – é o então ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira. Sendo o representante de uma instituição superior de poder, o discurso do ministro não precisa de nenhum outro ‘apoio’, ou seja, um interdiscurso, para trazer as graves críticas contra o MST. Isso é legitimado pelo cargo que ocupa, e que lhe atribui, a princípio, uma característica de fonte prototípica.

Entretanto, defendemos que, se há um forte controle de poder para esse acesso discursivo privilegiado, essa relação não é monolítica e pode ser ‘quebrada’, a partir das distintas reivindicações e mobilizações sociais. Observemos esse aspecto no *Exemplo 2*, no qual o texto é composto pelos discursos dos então principais representantes dos sem-terra: o presidente do MST, João Pedro Stedile e o advogado do movimento, Luiz Eduardo Greenhalgh, que tem forte influência no processo, pois traz o discurso jurídico em defesa do MST. Todo o texto é composto por discursos dissonantes ao governamental, em um caso em que as instituições de poder não tiveram acesso ao discurso da imprensa. Neste sentido, observamos que há uma estereotipização do discurso do governo, excluído da composição textual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nortear o desenvolvimento deste trabalho uma hipótese central: as ações de legitimação servem para consolidar grupos e ideologias dominantes, categorizar atores/grupos sociais e controlar o poder. Para isso, grupos dissidentes, contrários ao *status quo*, precisam ser estereotipados e criminalizados. Os caminhos teóricos traçados, assim como a investigação discursiva, levam-nos à conclusão de que nossa hipótese está correta. A construção da legitimação está intrinsecamente relacionada ao controle discursivo dos grupos do poder, sendo o jornal uma das instituições que operam mais fortemente nessa construção. Entretanto, mesmo afirmando a comprovação da hipótese inicial, é importante ressaltar que não se trata de uma resposta estanque, mas que está aberta a outras possibilidades investigativas.

Uma questão também analisada nos traz elementos importantes para esta investigação: a (des)legitimação de Eldorado de Carajás e a do MST estão atreladas? A conclusão que chegamos é que esses dois processos se deram em paralelo e são de naturezas distintas. Ou seja: **as mortes dos sem-terra foram deslegitimadas**, mas **o MST não foi legitimado como movimento social**, ao menos na cobertura da FSP. E isso se deu a partir de uma cobertura estereotipada sobre as demais ações dos sem-terra, o que categorizamos como a *criminalização* e a *partidarização* do movimento. Entendemos esse processo como uma macro-estratégia do jornal para estabelecer uma linha divisória entre o massacre e o MST: o primeiro ‘pode’ ser criticado, pois é tratado a partir da perspectiva humanitária; o segundo é um movimento social que ‘ameaça’ as elites e suas ações não podem ser tomadas como legítimas, tampouco as suas reivindicações.

Dessa forma, ocorre um processo de ‘desideologização’ na cobertura do massacre de Eldorado de Carajás, já que ele é tratado como um caso isolado, como uma exceção, e não sob uma perspectiva política. E isso se dá, fundamentalmente, por dois aspectos: *i)* não há questionamentos, por parte do jornal, da falta de um projeto político para a reforma agrária no

Brasil, ou mesmo sobre os freqüentes assassinatos de trabalhadores rurais nos campos brasileiros⁴. Esta seria uma discussão política sobre o MST e suas ações; *ii*) o massacre foi tratado fora de domínios institucionais, personalizando os culpados. Assim, esses discursos e as outras práticas sociais não constituem uma mudança profunda de conceitos – ou *reframing* – sobre a questão agrária no Brasil e não legitimam a luta dos sem-terra. Portanto, apesar de a sociedade deslegitimar as mortes dos sem-terra, essa atitude não é ideológica, mas apenas uma visão pontual.

Por fim, reafirmamos a importância de estudar o fenômeno da (des)legitimação nos estudos discursivos. A análise aprofundada desse fenômeno nos permite perceber *como* se constituem estereótipos e preconceitos sobre atores/grupos sociais e *quais* as estratégias que operam na construção dessa exclusão social a partir dos discursos. Assim, se há uma ‘conscientização’ relativa que existe discriminação social, é preciso discuti-la nos vários domínios que atuam na sua constituição, mostrar como isso ocorre, como operam em sociedade e quais as instituições que a sustenta. Nesta investigação, tratamos do domínio jornalístico especificamente. Entretanto, o domínio acadêmico precisa transformar a sua prática, cada vez mais, em ações socialmente engajadas, comprometidas com a igualdade e solidárias aos grupos excluídos. Só assim a produção científica não corre o risco de ser mais um discurso reverberando a desigualdade social.

REFERÊNCIAS

- BILLIG, M. 1991. **Ideology and Opinions: Studies in Rhetorical Psychology**. London, Sage.
- FAIRCLOUGH, N. 2001. **Discurso e Mudança Social**. Brasília, Editora da UnB.
- FALCONE, K. 2005. **O Acesso dos Excluídos ao Espaço Discursivo do Jornal**. Publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE.
- GIDDENS, A. 2003. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo, Martins Fontes.
- HABERMAS, J. 1999 [1973]. **A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio**. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro.
- _____. 1996. **Between Facts and Norms**. Cambridge, Institute of Tecnology Press.
- LAKOFF, G. 2004. **Don't Think of an Elephant!** Berkeley, Chelsea Green.
- _____. 1990. **Women, Fire, and Dangerous Things. What Categories Reveal about the Mind**. Chicago, The University of Chicago Press.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. 1999. **Philosophy in the Flesh. The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought**. New York, Basic Books.
- MARCUSCHI, L. A. 2005a. Do Código para a Cognição: o Processo Referencial como Atividade Criativa. **Revista Veredas, UFJF**.
- _____. 2005b. **Curso de Linguística Cognitiva**. Aula 7 – Noção de Categorias e Processos de Categorização, Tendo em Vista suas Relevâncias para os Processos de Referenciação. Recife, UFPE/PPGL. (Mimeo).
- ROJO, L. & VAN DIJK, T.A. 1997. Legitimizing the Expulsion of “Illegal” Migrants in Spanish Parliamentary Discourse. **Discourse & Society** 8(4), London, SAGE.
- VAN DIJK, T. A. 2008. **Discourse and Context. A Sociocognitive Approach**. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. 2006. Discourse, Context and Cognition. *In* **Discourse Studies**. Vol 8(1): 159-177. London, Sage.
- VAN LEEUWEN, T. 2007. Legitimation in Discourse and Communication. *In*: **Discourse & Communication**. London, SAGE Publications, vol.1(1): 91–112.

⁴ Para esses dados, ver os relatórios anuais da Comissão da Pastoral da Terra (CPT)